

10.º ANIVERSÁRIO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

Maria Margarida Pino

Docente do CECD da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa

1. Algumas questões prévias

Permitam que me refira, em primeiro lugar, ao Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, cuja realidade — em quase uma dezena de anos de ensino — é evidente que conheço melhor.

Criado pela Portaria n.º 449/83 de 19 de Abril destina-se, como refere o diploma legal, a formar especialistas nas áreas de Arquivo, Biblioteca, Documentação e Informação.

Vamos colocar, desde já, uma questão que nos sugere a leitura da Portaria e a designação do próprio Curso que, por se prender com o tema desta Mesa Redonda, gostaria aqui de mencionar: — «Curso de Especialização» — perguntamos, que especialização? É normal pensar-se que qualquer especialização, seja qual for a área a que diga respeito, supõe a existência de uma formação prévia na mesma, e que só depois o candidato se encaminhe para outra etapa — a da especialização.

Sendo o articulado desta Portaria comum aos Cursos de Especialização em Ciências Documentais de Lisboa, Coimbra e Porto, cabe então perguntar, que formação especializada estamos a dar aos nossos alunos, oriundos de licenciaturas tão variadas, quase sempre na

área de Letras (em Lisboa a dominante é a de História) e que nunca trabalharam ou tiveram formação na área de BAD?

2. O mercado de trabalho

Todos os anos são numerosos os candidatos ao CECD da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Indico, a título informativo, alguns números respeitantes aos três últimos anos lectivos¹:

Ano lectivo	Alunos inscritos
1993-1994	54
1994-1995 ²	92
1995-1996	87

Se o número de candidaturas — que tem vindo sempre a aumentar — traduz um interesse manifesto pelo CECD, o que pode significar uma possível saída profissional para licenciaturas «saturadas» (mais de 50% dos candidatos são licenciados em História pelas universidades públicas e pelas privadas), temos assistido, também, a um número cada vez maior de candidaturas de professores (alguns já efectivos) que, desgostosos com o sistema de ensino, querem enveredar por outra profissão. Sabemos que a «vocação» já não é o que era... e que a «missão do bibliotecário», como a entendia Ortega y Gasset, tem de ser vista com menos romantismo. Estamos a formar profissionais para uma sociedade competitiva, que exige que estes estejam preparados para enfrentar os desafios que esta diariamente coloca.

O *numerus clausus*, limitando a 20 o número de alunos a admitir anualmente na variante de «Biblioteca e Documentação», impede-nos de formar mais profissionais. Mas, caso este venha a ser alargado, teremos condições para receber mais alunos para além dos actualmente previstos? Sabendo como têm vindo a ser reduzidos os orçamentos para as Universidades, caso este cenário se mantenha (esperamos vivamente que não), teremos capacidade financeira para contratar mais professores? E para adquirir equipamentos necessários ao ensino das novas tecnologias

¹ Refiro-me aos candidatos à opção «Biblioteca».

² Durante este ano lectivo funcionaram duas turmas, uma das quais financiada pelo IBL. Os alunos que frequentaram este Curso destinam-se a ocupar lugares nas bibliotecas que fazem parte da Rede de Leitura Pública.

da informação? Teremos em Portugal um mercado de trabalho capaz de absorver um número maior de profissionais de Biblioteca e Documentação? Se sim, por quanto tempo?

Desconhecemos a realidade das necessidades do mercado de trabalho nacional para este sector, pelo que considero urgente, numa altura em que todos pensamos nas alterações curriculares, que se faça um inquérito de modo a detectar os possíveis empregadores e as necessidades de informação dos mesmos³.

A actual legislação, limitando as admissões na Função Pública, é causadora da falta de desenvolvimento e de uma estagnação da actividade neste sector, bem como de um envelhecimento pela não entrada nos seus quadros de novos profissionais.

A ausência de concursos externos de ingresso na Função Pública obriga a que muitos profissionais de Biblioteca, Documentação e Arquivo estejam a trabalhar no chamado regime de «recibo verde», com contratos temporários, e que vejam as suas perspectivas de carreira profissional condicionadas⁴.

Se falamos na Função Pública, tal resulta do facto do Estado ser ainda a entidade empregadora com mais unidades de informação. Contudo, julgo que, em termos de estudo das necessidades de mão-de-obra, não devemos ficar só por este sector do mercado.

3. O curriculum

O relatório Bagemann diz que «as tecnologias da informação estão a dar origem, em todo o mundo, a uma nova revolução industrial que não fica atrás, em importância e alcance, das do passado. Esta revolução baseia-se na informação, que é a expressão do conhecimento humano. O progresso tecnológico permite-nos hoje tratar, armazenar, recuperar e transmitir informação sob qualquer forma — oral, escrita ou visual — sem limitações de distância, tempo ou volume. Esta revolução acrescenta enormes capacidades à inteligência humana e constitui um recurso que vem mudar o modo como trabalhamos e vivemos em conjunto (...)»⁵.

³ Julgo que a BAD tem aqui um papel muito importante a desempenhar.

⁴ Na altura em que revejo estas notas (Janeiro de 1996) apareceram alguns concursos de ingresso em organismos públicos.

⁵ GRUPO DE ALTO NÍVEL DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO — *A Europa e a sociedade global da informação: recomendações ao Conselho Europeu. (Relatório)*. Bruxelas, 26 de Maio de 1994, p. 4.

As consequências da sociedade da informação não tardam a fazer-se esperar, mesmo no nosso País em que o atraso em relação às inovações tem sido sempre uma constante. As alterações, como indica o relatório citado⁶ incidem na legislação e no aparecimento de novas profissões e qualificações.

Julgo que é face a estes pressupostos, a que se acrescenta naturalmente o peso que detém, cada vez mais, a componente informação no Produto Nacional Bruto, no aumento da riqueza nacional, que devemos sustentar toda a discussão curricular, porque de princípios básicos se trata.

Pretende-se contribuir para a criação de uma força de trabalho «alfabetizada» em termos tecnológicos, o que se prende forçosamente com os aspectos de desenvolvimento curricular dos nossos Cursos.

Em minha opinião, não é suficiente mudarmos os nomes das cadeiras do Curso, ou até eliminar algumas de cariz mais biblioteconómico. Interessa que o conteúdo dos programas, ou seja a sua substância, coincida com o que realmente se pretende ensinar, tanto na teoria como na prática. Estaremos assim a contribuir para a criação de uma força de trabalho tecnicamente competente.

A substituição, em alguns casos, do livro no seu suporte tradicional (permitam que não me preocupe aqui com a sua extinção, pois perfilho a opinião daqueles que consideram que o livro, como bem cultural, não desaparecerá) por outros suportes de leitura, o alcance informativo e comunicacional que nos permite a ligação em rede, a descentralização da informação, a partilha e o acesso à mesma, que não conhece fronteiras, por utilizadores «invisíveis» que a ela acedem, é já uma realidade.

A oportunidade que nos é dada aqui, pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras do Porto, de discutirmos em conjunto a formação profissional é bem o testemunho das nossas preocupações nesta matéria.

Se é certo que o momento — que é de reflexão, mas também de festa de aniversário — não nos permite analisar com maior profundidade os problemas de alterações curriculares, ou o formato dos Cursos, é certo que gostaríamos de voltar a reflectir sobre este assunto em conjunto com os nossos colegas e, porque não, com os alunos.

Fica, desde já, o nosso convite.

⁶ *Op. cit.*, p. 6.